

III ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

TEMA:

**ARQUIVOS MUNICIPAIS: *IDENTIDADE LOCAL
NA EUROPA DAS REGIÕES***

NACIONALIDADE * VIANIDADE * EUROPA

LOCAIS:

GUIMARÃES E VIANA DO CASTELO

DATA:

24, 25 e 26 de Junho de 1993

ORGANIZAÇÃO:

BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.
Arquivo Municipal Alfredo Pimenta - Guimarães
Arquivo Municipal de Viana do Castelo

**ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA:
PROTOCOLO E COOPERAÇÃO NO CONTEXTO
DE UMA SOLUÇÃO INTEGRADA**

Isabel Maria Rocha Sousa

Não nos vamos questionar nem vos maçar relembrando o enquadramento legislativo do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, a sua história e o seu contexto actual, por ser sobjamente conhecido de todos, como um caso diferente, dentro do panorama dos arquivos municipais do país.

A dupla função do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta enquanto instituição arquivística por um lado, com funções de carácter distrital, para a área do concelho de Guimarães, e por outro com funções de preservação e conservação da documentação Municipal, não têm sido tarefa fácil para uma instituição cujo passado se tem pautado, por um distanciamento dos serviços municipais bem como, dos órgãos de coordenação da política arquivística nacional e, quase exclusivamente, pelo cumprimento mais restrito da sua função de carácter distrital.

Sem esquecer todos os que, ao longo dos 62 anos de existência, desta instituição, com ela tem trabalhado e, melhor ou pior, dentro de cada uma das várias conjunturas, fizeram dela muito do que hoje é, estamos certos, que o futuro não nos permitirá continuar alheados de uma solução integrada internamente nem a alimentar a "política do orgulhosamente sós", quer dentro do panorama dos arquivos municipais, quer em relação a todas as instituições do concelho, cujo património arquivístico se torna precioso para o conhecimento da nossa história e identidade local.

Conscientes deste facto, temos vindo a trabalhar na perspectiva de alterar um pouco este estado das coisas. Se não é possível conjugar esforços com os órgãos que dirigem a política arquivística nacional é, pelo menos, **necessário e imperioso** que o façamos internamente, na nossa área de actuação e com todos aqueles que se encontram num idêntico "barco" ou sejam, todos os arquivos municipais.

É, dessa forma e por esse caminho que fomos trabalhando no último ano em que dirigimos esta instituição e que, pese embora continuarmos sem quaisquer directrizes nacionais, nos temos reservado o direito de pelo menos, estarmos atentos às realidades locais num esforço conjunto de cooperação.

Queremos também referir que, de entre alguns dos objectivos alcançados, no curto trabalho de cooperação realizado, quer com associações e instituições, cujos fundos arquivísticos são de importância significativa para a investigação local, quer com outros arquivos municipais, que nos têm facultado dados, nos foi permitido fazer um primeiro diagnóstico a fim

de podermos identificar o panorama do concelho e algumas linhas a seguir.

Dentro desta linha de cooperação quisemos, conjuntamente com o Arquivo Municipal de Viana do Castelo, fazer o esforço de realizar este **III Encontro Nacional de Arquivos Municipais** por acharmos ter chegado o momento de "deitar mãos à obra", não esperando que outros venham fazer por nós, o que a nós dirá respeito.

Importa-nos, também, lembrar que o trabalho realizado pelo ex-Instituto Português de Arquivos, ao qual muito nos satisfaz termos estado ligados, serve aqui também de exemplo, e porque não dizê-lo de "lait motiv" para sair desta orfandade a que nos relegaram os órgãos centrais, e por nos parecer ser já tempo de encontrarmos sozinhos o nosso próprio caminho.

Para isso pensamos que, existe hoje, para nós, uma realidade que é bastante melhor do que há dois anos atrás, e que se prende com a inserção orgânica dos arquivos municipais nas autarquias, após as últimas reestruturações dos quadros das Câmaras.

Esse facto, permite-nos encarar com mais confiança o caminho a percorrer e, embora sem sermos exaustivos, temos constatado que muitas das autarquias perceberam já, à semelhança do que aconteceu com a Rede Nacional de Leitura Pública, que não se fazem "omeletes sem ovos" bem como, para criar modelos de gestão e rentabilizar os circuitos de informação nos serviços, são necessários profissionais e já não curiosos ou funcionários de boa memória.

Há que lembrar ainda, no que toca ao poder local, que os políticos estão hoje mais conscientes do papel dos arquivistas nas autarquias.

Prova disso, é talvez o facto de, se até aqui os técnicos entravam pela porta do arquivo histórico, hoje, volvidos este 18 anos de PODER LOCAL, com inspeções administrativas "à perna", e um constante aumento das competências dos municípios, não se torna fácil controlar o fluxo da informação interna dentro dos serviços autárquicos, o que nos faz acreditar que muitos dos técnicos são já chamados pela via do denominado arquivo corrente ou administrativo, como homens de confiança do poder, seja ele qual fôr.

Nesta conjuntura conduzimos um pouco do nosso trabalho nos últimos tempos, tentando rentabilizar os recursos existentes e os meios ao dispôr embora conscientes de que não se nos depara tarefa fácil, nem mesmo uma fácil mentalidade dos agentes culturais e funcionais a envolver.

Assim, ao iniciarmos o nosso trabalho de cooperação estamos certos da necessidade de ganhar também a confiança das instituições locais, como forma complementar, com vista a criar uma teia mais fina que nos permitirá receber de fora uma nova imagem, e que nos será útil para a nossa relação interna com os poderes de decisão.

Se as autarquias se pautam por funções de serviço e apoio às necessidades da comunidade para o qual o poder local está, ou deverá estar, vocacionado, mais não nos restará que conjugar esses duplos objectivos, que são, em muito também, os do arquivo no seu todo. Ao juntarmos esforços para alcançar esses objectivos teremos nós próprios de entender a **dinâmica e as relações de força que se jogam no poder local onde muitas vezes o que é, não parece, e o que parece não é.**

Para vos indicar a metodologia da nossa actuação podemos referir que, numa primeira fase, realizamos algum trabalho estruturado para o apoio às instituições cujo património arquivístico constituía, à priori, uma certeza de sucesso, procurando recolher dados, elaborar diagnósticos e identificar alguns problemas.

Chegamos à conclusão que temos de imediato cerca de 580 metros lineares de documentação cujas datas extremas se compreendem entre 1585 e 1877 como datas de início de actividade dessas instituições ou empresas.

Lembramos desde já, que das instituições, serviços, empresas e associações só 5% no concelho está diagnosticada e referenciada até Maio de 1993 embora estamos certos que, à parte dos arquivos de família, muito se tem perdido nos momentos de crise, de obras e ou de ampliação de edifícios.

De seguida, abordamos um pouco da calendarização programada, pese embora a dinâmica de grupo possa funcionar, muitas vezes, com efeito de "bola de neve", cuja rapidez de percurso não se calculará com exactidão no seu início, e que se prendem com necessidades básicas de espaços, apoios a dar ou formação complementar.

Há ainda que compreender o esforço e o voluntarismo dos que pensam ajudar e a necessidade de fazê-los entender onde começa, e onde acaba, essa própria vontade de "abraçar o mundo num só dia", o que nem sempre se torna tarefa fácil e simples.

Talvez a mais frutífera receita seja a de não perdermos a senso da medida, permitindo-nos realizar um trabalho sólido dentro da estrutura

interna, com os serviços, ganhando a confiança de todos com quem, nós e a documentação, faremos um elo, e um trabalho externo, muitas vezes ao sabor de vontades, boas e más, mas, nem sempre, muito palpável ou imediato, mas a nosso, ver fundamental.

Ganhar este desafio é talvez "meio caminho andado" e algum prenúncio de sucesso nas apostas a elaborarem-se com o poder local.

No entanto queremos ainda aproveitar para lembrar que não é mais possível encarar o poder local como a "galinha dos ovos de ouro", ou a descoberta da pólvora, poi corremos o risco de defraudar esperanças e mesmo deitarmos tudo a perder

É preciso estarmos certos que, como em tudo, a cooperação tem dois canais, o que pressupõe um Deve e um Haver, caso contrário, torna-se numa fraude que mais cedo ou mais tarde, põe todo o trabalho em causa, bem como, todos aqueles que "nesse barco" entraram.

Parece-nos assim urgente a realização de protocolos de cooperação, que se situem na base dos compromissos possíveis a serem cumpridos e não nas relações de força de poder que, conforme o vento, se diluem pelo enfraquecimento conjuntural de uma das partes.

Para além do que atrás referimos estamos certos que a necessidade de publicitar os compromissos a assumir bem como vincular as instituições afectando meios de ambas as partes deram já os seus frutos noutras áreas de acção e estamos certos que terão o mesmo sucesso nos arquivos.

Existe, em princípio, uma necessidade de aumentar os serviços a prestar criando uma espécie de rede interna e uma outra de ligação do arquivo municipal com o exterior, permitindo criar uma cadeia de referências e interdependências que, mesmo enfraquecidas nalguns elos, não permitam que o núcleo central se quebre.

Tomamos como ponto de partida a necessidade de criação de alguns instrumentos simples que nos permitam servir de base para todos os arquivos municipais, quer sejam os regulamentos gerais e de funcionamento dos arquivos, o empréstimo de documentação ou, muito simplesmente, modelos de cooperação já encetados por outros, seja a nível nacional, ou os utilizados em geminações de municípios ou estruturas associativas intermunicipais.

Se este Encontro sob os auspícios da BAD tiver alguma virtude, penso que será a de coordenar, em volta de uma instituição profissional, muito da

nossa necessidade enquanto técnicos de serviços municipais, caso contrário, teremos nós próprios de encontrar o nosso próprio caminho.

Aproveitamos esta comunicação para juntar alguns modelos adoptados, quer em protocolos de cooperação com o Arquivo Municipal de Brive, com quem estamos geminados, quer com instituições locais com fundos arquivísticos de importância significativa para a História Local, com particulares para doação ou depósito dos seus fundos no arquivo municipal e, ainda, o regulamento de funcionamento do próprio arquivo municipal, numa perspectiva integrada da gestão de documentos.

Relembramos ainda que a fase de diagnóstico se torna difícil de padronizar, enquanto modelo, uma vez que as realidades locais são heterogéneas e, cada caso é, muitas vezes, específico pelo que os contactos pessoais são sempre preferíveis, numa primeira fase, e só, posteriormente, uma sistematização do trabalho poderá dar frutos.

Dever-se-á ter em conta as especialidades dos fundos arquivísticos a envolver, tratar ou incorporar, e os problemas que essa mesma documentação criará para o arquivo municipal em causa.

Não nos podemos esquecer igualmente que os órgãos do poder local não são só as câmaras municipais com os seus serviços. Há todo um conjunto de outros órgãos e instituições em cuja intervenção teremos de ter em conta, no nosso trabalho, e que, igualmente produzem documentação como é o caso de zonas de turismo, dos conselhos municipais, das assembleias municipais e de freguesias ou mesmo as juntas de freguesia.

Nesta linha tomam um especial valor com as suas novas competências e sucessivas transferências de poderes quer da parte do poder central, quer das próprias Câmaras para as freguesias cuja documentação produzida e recebida nestes novos contextos nos parece de importante significado para a história do poder local e as suas relações com os munícipes e eleitores.

As freguesias são ainda hoje muitas delas de uma grande fragilidade no que toca a estruturas, recursos humanos e meios. No entanto, muitas delas possuem já alguns recursos humanos a quem urge dar formação, com quem é necessário cooperar e envolver antes mesmo de se dar uma exploração de documentação e reestruturações capazes de comprometer o processo de criação de sistemas integrados.

Lembramos que estes órgãos do poder local são aqueles que mais próximo se encontram dos cidadãos, e onde, pela sua "juventude" urge trabalhar

na preservação e conservação dos fundos documentais produzidos e recebidos, pois dada a sua menor escala é possível encetar modelos de cooperação profícuos.

Assim, e dentro de uma perspectiva de cooperação, lembramos ainda que o factor geográfico é também na região onde nos encontramos, um factor de aproximação das instituições, dos serviços e das pessoas. Esse factor de grande significado, é a razão pela qual se vai com maior facilidade à Galiza que a Lisboa, isto para não falarmos de outras afinidades culturais que nos unem e que nos interligam, numa tentativa conjunta de rentabilização dos recursos e dos meios ao nosso dispôr.

Por último diremos que não existem **receitas para a cooperação** mas teremos e devemos, em conjunto, equacionar os problemas e encontrar soluções, razão pela qual penso, todos também aqui estivemos estes três dias.

BIBLIOGRAFIA

CORTEZ ALONSO, Vicenta - *Manual de arquivos municipais*. Madrid, ANABAD, 1982.

GOUVEIA, Mário - *Esquema de aplicação do sistema de processo de obra às câmaras municipais. Versão provisória*. Lisboa, Instituto Português de Arquivos, 1989.

GRUPO DE ARCHIVEROS MUNICIPAIS DE MADRID - *Manual de tipologia documental de los municipios*. Madrid, Consejería de cultura, 1988.

HEREDIA HERRERA, Antonia - *Archivística general. Teoría y Práctica*, 5.ª ed., Sevilha, Deputacion Provincial, 1991.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUIVOS - *Critérios para avaliação de documentação de Arquivo*. Lisboa, 1990

Diagnóstico aos arquivos intermédios dos Tribunais, Região de Lisboa. Relatório final. Lisboa, Instituto Português de Arquivos, 1990.

Projecto SIPA e a reforma administrativa. Lisboa, 1990.

Sub-projecto DAI, Diagnóstico Arquivos Intermédios. Lisboa, IPA, 1989.

LOPEZ GOMES, Pedro: GALLEGO DOMINGUEZ, Olga - *Introducción na arquivística.* Vigo, ANABAD Galicia, 1985.

REAL, Manuel Luis - *Bases para um Programa Integrado de Gestão Documental aos Municípios*, in "Encontro Nacional de Arquivos Municipais, 2, Motemor-o-Novo, 1988. Actas", Lisboa, Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1992, p. 123-142.

REAL, Manuel Luis, *et. al.* *Arquivística e documentação de história local*, in "Congresso Nacional de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1, Porto, 1985 - A informação em tempo de mudança. Actas", Vol. 2, Porto, 1985, p. 167-175.

VIEIRA, João - *Orientações gerais sobre gestão de documentos de arquivo.* Lisboa, Instituto Português de Arquivos, 1990.

LEGISLAÇÃO

DECRETO-LEI n.º 16/93, de 23 Jan. 1993.